



Patrícia da Veiga

Em 1964, ano em que o Exército instaurou, por meio de golpe, a regência militar no país, grande parte dos atos decisórios da UFG, publicados em boletins internos, diziam respeito a redução de quadro de pessoal, demissão “por justa causa”, afastamento de funcionários, abertura de comissão de sindicância, entre outras medidas disciplinares. E assim ocorreu até meados de 1970.

Quem auxiliou a reportagem do **Jornal UFG** na localização desses documentos foi o servidor técnico-administrativo aposentado Armando Honório da Silva. Admitido em 1967, lembra-se bem dos dilemas enfrentados pelo professor Colemar Natal e Silva, então reitor da Universidade Federal de Goiás. Ainda que o reitor assinasse todos os termos, “no uso de suas atribuições legais”, o servidor garante que ele o fazia contrariado. “Tanto é que foi afastado logo em seguida”, justifica.

Colemar Natal e seus dois sucessores, Jerônimo Geraldo de Queiroz e Farnese Dias Maciel Neto, vivenciaram um período difícil para o país que, de 1964 a 1973, alavancou o crescimento das universidades recém-criadas, mas também retirou de cena a orientação humanista e política do ensino superior brasileiro. Ainda, eliminou dessa conjuntura de construção coletiva a participação de lideranças que, conforme apontamos nas edições anteriores (**Jornal UFG** de maio, nº 36, e de junho, nº 37), foram essenciais para a criação dessas jovens instituições.

A estratégia, para tanto, tinha dupla face: investir e reprimir. Foi na década de 1960, por exemplo, que nasceu a Escola de Agronomia e Veterinária, na Fazenda Samambaia, o Planetário, com seu maquinário alemão de ponta, a Rádio Universitária, pioneira no Brasil, o embrião do Sistema de Bibliotecas e boa parte dos cursos da UFG, como Jornalismo, Química, Geografia, His-

tória, Letras, Matemática etc. Por outro lado, dispositivos legais como o Decreto nº 477, de 1969, conhecido como “Lei Suplicy”, estreitavam o cerco contra as opiniões divergentes e previam severas punições contra questionamentos feitos no âmbito do espaço acadêmico.

Como bem definiu a professora Célia Maria Ribeiro, aposentada do curso de Ciências Sociais, em artigo publicado na revista **UFG Afirmativa** (nº 3, de setembro de 2009, páginas 48-50, disponível em [www.ufg.br](http://www.ufg.br)), o período foi de “continuidade na descontinuidade”. Continuidade no projeto desenvolvimentista iniciado nos anos Kubitscheck, que tinha como uma das bases o investimento no saber técnico-científico; descontinuidade no processo de mobilização popular e estudantil que vinha sendo consolidado ao longo da década anterior.

**Política da neutralidade** – Em 1962 a UFG realizou seu primeiro seminário de planejamento, de onde saiu a proposta de construção da Cidade Universitária. Esta seria organizada em institutos que teriam, por sua vez, um sis-

tema de créditos articulado entre cursos de áreas afins. Foi definida a criação dos institutos de Matemática e Física (IMF), Industrialização Farmacêutica e Bioquímica (IIFB), Ciências Humanas e Letras (ICHL), Biologia (ICB), Pesquisas Sociais e Políticas (IPSP), além do Centro de Estudos Brasileiros (CEB). Acreditava-se que a Cidade Universitária, juntamente com o sistema de créditos, uniria estudantes e professores.

Quando da reforma universitária de 1968, proposta em âmbito nacional e executada pelo reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz, o esqueleto do projeto foi conservado, contudo, sem a presença, no núcleo curricular básico das graduações, de disciplinas como Sociologia Política ou Teoria Econômica. Além disso, o IPSP e o CEB nunca chegaram a entrar, de fato, no rol dos institutos.

O CEB foi criado em 1962 por sugestão de Darci Ribeiro, então reitor da Universidade de Brasília (UnB), e do filósofo português Antônio da Silva. Chegou a funcionar regularmente, com os cursos de Estudos Brasileiros e Literatura de Goiás, e a publicar uma edição dos *Cadernos de Estudos Brasileiros*, além de realizar uma exposição internacional de livros. Entretanto, depois da publicação do Ato Institucional nº 1, foi fechado, em outubro de 1964, sob a alegação de ser uma extensão do Instituto Social de Estudos Brasileiros (ISEB). Gilberto Mendonça Teles, seu diretor, e Bernardo Élis, seu vice-diretor, considerados “comunistas”, foram imediatamente afastados da UFG.

A derradeira ação da “reforma universitária” foi a transferência dos institutos para o Câmpus Samambaia, que teve suas obras iniciadas em 1971, já no reitorado de Farnese Dias Maciel Neto. Estudada nos mínimos detalhes, a construção da Cidade Universitária nas imediações da fazenda onde funcionava a Escola de Agronomia e Veterinária (EAV) foi consagrada como um advento oportuno e tecnicamente perfeito, uma vez que, com o crescimento urbano, não seria viável que a UFG permanecesse espalhada pelo centro de Goiânia.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a UFG passou pela etapa da consolidação, tanto física quanto estrutural. Contudo, ao mesmo tempo em que crescia, também era desaparelhada. O Câmpus Samambaia surge nesse contexto

# Reforma universitária, modernização e silêncio

Arquivo Cidaraq



Veja mais conteúdo em  
[www.jornalufgonline.ufg.br](http://www.jornalufgonline.ufg.br)